

**GÊNERO, PODER E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA TRADIÇÃO LIBERAL
ESCOCESA: O CASO DE “THE ORIGIN OF THE DISTINCTION OF RANKS” (1771)
DE JOHN MILLAR**

Resumo

O artigo faz uma leitura institucionalista e evolucionária do mecanismo de surgimento das distinções e desigualdades de gênero, poder e riqueza presentes no livro “The Origin of the Distinction of Ranks” (1771), de John Millar. Tal leitura pretende qualificar e inserir a defesa escocesa do que hoje denominamos “livre mercado” no arcabouço teórico mais amplo da teoria da evolução dos modos de subsistência em quatro estágios presente em Smith, Lord Kames (Henry Home) e no próprio Millar. Concluimos que uma eventual defesa do livre mercado deve levar em conta o estágio de desenvolvimento do modo de subsistência e seus efeitos nas esferas de vida das diferentes sociedades.

Palavras-chave: John Millar; Iluminismo Escocês; economia institucional; economia evolucionária; estratificação socioeconômica.

Código JEL: B12; B15; B31.

Abstract

The article provides an institutional and evolutionary reading of the mechanisms which generate gender, power and wealth distinctions and inequalities in the book “The Origin of the Distinction of Ranks” (1771), by John Millar. Such reading aims to qualify and embed the Scottish defense of what we today call the “free market” in the larger theoretical framework of the four-stage evolution theory of modes of subsistence found in Smith, Lord Kames (Henry Home) and in Millar himself. We conclude that an eventual defense of the free market should take into account the stage of development of the mode of subsistence and its effects on the areas of life of different societies.

Keywords: John Millar; Scottish Enlightenment; institutional economics; evolutionary economics; socioeconomic stratification.

JEL Codes: B12; B15; B31.

**GÊNERO, PODER E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA TRADIÇÃO LIBERAL
ESCOCESA: O CASO DE “THE ORIGIN OF THE DISTINCTION OF RANKS” (1771)
DE JOHN MILLAR**

Emmanuel de Oliveira Boff

Professor Adjunto - UFF

emmanuel.economia@gmail.com

1. Introdução

Ordem espontânea, *laissez-faire*, harmonia natural dos interesses: o caminho do pensamento econômico europeu ocidental de meados do século XVIII até hoje associa inextricavelmente as expressões acima à tradição de economia política que então ganhou o *status* de ciência principalmente pelas mãos dos fisiocratas franceses e iluministas escoceses.

De fato, não se trata de erro ou má-interpretação associar tais expressões ao pensamento de autores como Adam Smith, David Hume ou François Quesnay. Não é imediatamente óbvio, todavia, o papel teórico dos conceitos acima no contexto específico da obra mais ampla dos autores mencionados¹. Graças às pesquisas recentes em história do pensamento econômico - pródigas em mostrar como a economia política de Smith e Hume estava inserida em uma filosofia moral e em uma complexa teoria social - tal papel teórico tem se esclarecido². Tal prodigalidade em pesquisa, todavia, não atingiu igualmente todos os autores da tradição liberal escocesa.

Esse é o caso de John Millar (1735-1801), professor *regius* de direito civil na Universidade de Glasgow desde 1761 até o fim da vida, pupilo e amigo de Adam Smith e interlocutor de David Hume em sua juventude. Durante sua vida, Millar publicou dois livros centrais³ para a tradição iluminista escocesa: “On the Origin and the Distinction of Ranks” (1^a

¹ Principalmente se lemos a história do pensamento econômico de modo internalista e progressivo. Neste caso, a tendência é assumir que tais conceitos foram depurados de imprecisões e ganharam rigor no correr dos séculos, tendo chegado hoje ao estado da arte da ciência econômica. Como ficará claro no artigo, não assumimos tal tipo de leitura do trabalho de Millar.

² Ver, por exemplo, Haakonssen (1981), Otteson (2002), Fleischacker (2004) e Evensky (2005).

³ O livro de 1771 que analisamos teve três edições em vida do autor, foi traduzido duas vezes para o alemão e uma para o francês. A edição usada por nós é a quarta e póstuma (1806), que vem acrescida de um relato da vida de Millar por seu sobrinho, aluno e autor em economia política, John Craig, e mantém o prefácio da 1^a edição.

edição em 1771 - daqui em diante ODR) e “Historical View of the English Government” (1ª edição em 1787 - daqui em diante HV). O interesse específico no primeiro de seus livros está no tratamento que ele fornece da origem histórica do que hoje tratamos como desigualdades sociais (de gênero e poder, principalmente) que permeiam as “sociedades comerciais” modernas⁴. A análise histórica de Millar desvincula o *laissez faire* de uma “ordem espontânea do mercado” que surgiria a partir de uma “harmonia natural dos interesses” individuais. Bem ao contrário: a história nos mostra que a igualdade formal dos mercados modernos está assentada em hierarquias de poder formadas por indivíduos sociáveis e reflexivos que se movem antes por paixões que por um cálculo de custo-benefício privado. Essa hierarquia de poder se inicia (mas não se reduz) na relação hierárquica entre homem, mulher e filhos na família, se dissemina pelos clãs e tribos até formar o Estado moderno. Somente o poder deste tipo de Estado pode garantir o funcionamento razoavelmente vantajoso e harmônico - embora sempre passível de desequilíbrio - dos mercados existentes.

Uma história da tradição liberal escocesa contada a partir dessas premissas dificilmente conduzirá aos pressupostos da economia neoclássica tradicional⁵. Desta forma, a leitura que apresentamos da obra de Millar procurará ressonâncias com a economia institucional e evolucionária modernas. Embora não seja novidade apresentar os iluministas escoceses ligados ao institucionalismo e ao pensamento evolucionário, essa ligação adquire no texto de Millar uma clareza ausente de autores mais famosos como Hume e Smith⁶.

Desta forma, a estrutura deste trabalho incluirá esta Introdução, quatro seções centrais e uma Conclusão. A primeira seção central tratará da abordagem metodológica de Millar, que possui um fundamento materialista e histórico influenciado por Smith (a teoria dos quatro estágios de desenvolvimento socioeconômico) e Hume (a importância dos “modos e costumes” no comportamento humano). A segunda destas seções apresentará a evolução na posição social

⁴ Na tradição escocesa “sociedades comerciais” (caracterizadas por trocas generalizadas entre desconhecidos) não são idênticas a “sociedades capitalistas” (caracterizadas pela propriedade privada dos meios de produção). Toda sociedade capitalista é necessariamente comercial, mas nem toda sociedade comercial precisa ser capitalista. Da mesma forma, os “ranks” de Millar (traduzidos aqui por “estratos”) não são idênticos a classes sociais (como classes de trabalhadores ou capitalistas): toda classe é necessariamente um estrato, mas o inverso não é verdadeiro. Na última seção do artigo veremos como se dá o surgimento das classes sociais modernas.

⁵ Seguimos Dequech (2007) ao identificar estes pressupostos neoclássicos como 1. Racionalidade e maximização; 2. Equilíbrio; e 3. Rejeição da incerteza forte.

⁶ Ver Marciano e Pelissier (2000), Tajima (2007) e Sobel (2008).

das mulheres na história, mostrando que o processo civilizatório é um processo também de feminização. A terceira seção mostrará historicamente como surge o Estado, também de um ponto de vista evolucionário. Finalmente, a quarta seção mostrará como evolui, em Millar, a relação entre mestre e escravo, até chegar à moderna relação de trabalho formalmente livre e à abolição da escravidão. Deverá ficar claro nestas seções centrais como, a partir de certas causas morais e materiais, coevoluem sentimentos morais, modos e costumes, bem como instituições políticas e econômicas. É o estudo desta cadeia de causas e efeitos que nos dirá se o funcionamento dos mercados será mais ou menos harmônico. A última seção sumaria e conclui o argumento.

2. Método em Millar: evolução do modo de subsistência e estratificação socioeconômica de base histórica e materialista⁷

2.1 Modo de subsistência, estratificação social e a riqueza das nações

Antes de investigarmos propriamente como Millar explica o surgimento das distinções sociais, devemos entender como o escocês fundamenta sua análise e procedimento investigativo. Na Introdução de seu livro de 1771 ele aponta para a necessidade de estudar as causas que permitiram diferentes nações adotar diferentes constituições com base em diferentes modos e costumes. O interesse deste estudo é prático: avaliar a possibilidade de adotar instituições e modos de governo capazes de gerar progresso para a própria nação.

A causa fundamental da existência de diferentes costumes, modos e, posteriormente, leis, está na *situação* ou *circunstância* de diferentes povos. Esta situação ou circunstância pode ser caracterizada pelo que outro escocês, William Robertson, denominou *modo de subsistência*⁸. Na Introdução de ODR, Millar aponta seis componentes que conformam a *situação* dos grupos

⁷ A percepção de que a abordagem de Millar e Marx partilhavam de uma base comum materialista e histórica foi objeto de análise durante tudo o século XX. A tese de J. B. Smith (1998) sintetiza os debates sobre as similaridades e diferenças das perspectivas dos dois autores.

⁸ Segundo Robertson, "In every inquiry concerning the operations of men when united together in society, the first object of attention should be their mode of subsistence. According as that varies, their laws and policy must be different. The institution suited to the ideas and exigencies of tribes, which subsist chiefly by fishing or hunting, and which have as yet acquired but an imperfect conception of any species of property will be much more simple than those when the earth is cultivated with regular industry; and a right of property, not only in productions, but in the soil itself, is completely ascertained" (1777: 111). Apesar de longo, o trecho sinaliza a importância de estudar o modo como dada população subsiste em sociedade (caça e pesca no exemplo) e como a ideia de propriedade e leis que a regulam mudam concomitantemente com o avanço do modo de subsistência (agricultura regular).

humanos: 1. fertilidade do solo, 2. a natureza de sua produção, 3. a espécie de trabalho necessária para promover a subsistência do grupo, 4. a população do grupo em certa área, 5. sua competência nas diferentes profissões (*proficiency in the arts*) e, por fim, 6. as vantagens que obtém em realizar transações mútuas e manter relações próximas. Na linguagem da época, influenciada pelo *Espírito das Leis* (1748) de Montesquieu, tais componentes podem ser identificados como “causas naturais” (1, 2 e 4) e “morais” (3, 5 e 6) dos diferentes modos e costumes dos povos. Estas causas gerarão, através da formação de uma “ecologia” de sentimentos morais⁹ entre os membros do grupo (como justiça, prudência e benevolência), um certo grau de coesão social que se expressará empiricamente em certos padrões e regras hierárquicos de comportamento - ou seja, certos modos, costumes e opiniões que obedecem a uma hierarquia de poder. Estes, por sua vez, podem evoluir e chancelar um conjunto de leis formais sustentando uma estrutura de poder regular e centralizada, capaz de definir juridicamente a propriedade e gerar a possibilidade de expandir a divisão do trabalho. Como ensina Smith, esta divisão dá azo, ainda que com percalços, à crescente estratificação socioeconômica e ao progresso moral, social e econômico das nações¹⁰.

Mas como, a partir desses componentes do modo de subsistência, evolui a estratificação socioeconômica e o aumento da riqueza das nações? Através do enlace e do papel diferenciado de cada uma das causas morais e naturais que conformam cada grupo humano. Por exemplo, uma região quente e fértil, com muito comércio e grande densidade populacional gerará uma ecologia de sentimentos morais típica daquele grupo. Outro grupo que ocupa uma região fria e úmida, cujo povo vive pobremente à base de pesca e que possui baixa densidade populacional terá provavelmente outra ecologia moral. Estas diferentes ecologias morais têm chances de gerar no primeiro grupo modos e costumes mais propícios à divisão de trabalho e mais compatíveis com uma hierarquia de poder regular, capilarizada e limitada, bem como uma noção abstrata de propriedade. Da mesma forma, opiniões bastante distintas acerca da legitimidade do poder político, do estatuto moral e jurídico da propriedade e dos efeitos socioeconômicos da estratificação social devem surgir nos dois grupos. Dependendo da circunstância da sociedade

⁹ Por “ecologia moral” ou “ecologia de sentimentos morais” nos referimos ao conjunto dos sentimentos de aprovação e reprovação que sancionam ou reprovam as ações dos indivíduos de um grupo.

¹⁰ Millar, seguindo Hume (1748), aponta para a centralidade das causas morais no progresso das nações. A questão dos efeitos da divisão do trabalho em Millar é trabalhada no HV (1787).

em questão, certos tipos de ação (autointeressadas, por exemplo) e de desigualdade (de gênero, por exemplo) podem ser vistas como moralmente certas ou erradas, socialmente dignas ou indignas, favoráveis ou desfavoráveis para o grupo.

2.2 A evolução dos modos de subsistência e a ressonância com a economia institucional e evolucionária

Desta forma, vemos que o fundamento da teoria de Millar aponta como regra geral não uma ordem espontânea e harmônica dos mercados gerada pelo auto-interesse, mas a formação de hierarquias sociais e políticas enraizadas em causas materiais e morais particulares. Somente sob estas circunstâncias materiais e morais específicas é que certos modos e costumes consolidam hierarquias favoráveis ao desenvolvimento regular e benfazejo dos mercados.

No entanto, Millar não crê que o progresso seja fruto puro do acaso. Vista no longuíssimo prazo, há possibilidade de vislumbrar estágios progressivos de desenvolvimento dos diferentes modos de subsistência - com o correspondente desenvolvimento de uma ecologia moral, de modos, costumes e opiniões, de uma estrutura de poder e de uma economia. Seguindo seu professor Adam Smith e também Lord Kames (Henry Home), Millar pressupõe que os modos de subsistência evoluem em quatro etapas: caça-coleta, pastoreio, agricultura e comércio.

Deixemos para as próximas seções a explicação de como se dá a inter-relação complexa e por vezes contraditória entre o progresso conjectural dos quatro modos de subsistência e o progresso conjuntural (nem sempre na direção de uma melhora) das diversas esferas de vida humana. Por ora, vamos explicitar como fizemos a leitura dos seis capítulos da ODR de Millar, indicando como eles podem, em alguns pontos, se relacionar à economia institucional e evolucionária.

Primeiramente, pode-se fazer uma analogia entre a centralidade dos “modos e costumes” no argumento de Millar e o modo como modernamente instituições são definidas, sejam os “durable systems of established and embedded social rules that structure human interaction” (Hodgson 2006) ou ainda as “rules that govern people’s behavior in complex social interactions” (Guala 2016). Formais ou informais, modos e costumes igualmente regulam a interação social em situações específicas. Em Millar, há ainda as “opiniões”, que formam sistemas de crenças

para que possamos identificar os sentimentos morais, as motivações individuais e as situações que constituem as interações sociais.

Mas em que sentido podemos afirmar que há uma proximidade entre a abordagem de Millar e a economia evolucionária? Seguindo Beinhocker (2006), uma economia que se comporta evolucionariamente pode ser descrita a partir de três mecanismos básicos que atuam no tempo: seleção, diferenciação (ou mutação) e replicação¹¹. Como pretendemos mostrar nas próximas seções, é possível identificar quatro níveis e mecanismos de seleção e replicação relacionados no argumento de Millar: primeiro temos os sentimentos morais, que selecionam e replicam ações individuais socialmente aprovadas pelo mecanismo da simpatia e pelo espectador imparcial.¹² Em segundo lugar, temos as regras hierárquicas relativas aos modos, costumes e opiniões como unidades de seleção que podem ser replicadas por mecanismos como a educação, o exemplo e a imitação. Em terceiro lugar, as leis e a hierarquia de poder na sociedade são selecionadas e replicadas pela forma de organização política do grupo. Em último lugar, a extensão, ordenamento e regularidade do funcionamento dos mercados seleciona a possibilidade da divisão de trabalho e da generalização das trocas na sociedade.

Resta explicar o mecanismo de mutação que opera nesses quatro níveis. Aqui entram os pressupostos da história conjectural comparados aos fatos concretos coletados na história social, política e econômica de diferentes povos em todos os continentes¹³. O que a história conjectural dos escoceses nos fornece é uma grade de análise do *progresso* possível das diferentes sociedades do planeta. Por *progresso*, entendamos um processo triplo de crescente abstração, refinamento e complexidade social (Berry 2013). Mais precisamente, ele nos leva de opiniões marcadas pela superstição e ignorância para outras marcadas pela ciência e conhecimento; de sentimentos, modos e costumes rudes (característicos de povos em que as relações sociais são parcas e normalmente entre conhecidos) para outros refinados (característicos de povos em que

¹¹ Mais precisamente, em Beinhocker a economia opera como um sistema complexo dinâmico, caracterizado por *path dependence* e sensibilidade às condições iniciais. As próximas seções mostrarão como condições iniciais dos modos de subsistência alteram as trajetórias de estratificação socioeconômica das sociedades.

¹² Usamos “simpatia” aqui como termo teórico que indica a capacidade limitada de os humanos partilharem sentimentos com outros pela via da imaginação. O mecanismo de aprovação pela via da simpatia foi apresentado por Smith no livro I da “Teoria dos Sentimentos Morais” e foi “fully adopted” por Millar, segundo reconta seu sobrinho no complemento da ODR e segundo se pode depreender da leitura do texto. Obviamente isso não significa que não haja diferenças entre as abordagens dos dois autores, mas elas não são centrais para nosso argumento.

¹³ A edição que utilizamos de ODR possui uma seção sobre as fontes históricas usadas por Millar.

vigora uma economia mercantil extensa, ordenada e regular); e finalmente de um sistema de leis que nos leva de julgamentos específicos relativos a situações concretas para outro em em que julgamentos são baseados em regras gerais e na igualdade jurídica formal de todos os cidadãos.

O que os escoceses em geral, e Millar em particular, assumem hipoteticamente é que *pode haver* um processo concomitante, encadeado e progressivo entre os diferentes modos de subsistência e os quatro mecanismos de seleção e replicação mencionados acima. Contudo, como na prática os mecanismos de seleção e replicação são distintos para cada uma das diferentes esferas de vida¹⁴, raras vezes observamos na história concreta este padrão progressivo, encadeado e concomitante. O que se vê com frequência são *mutações que ocorrem em uma esfera de vida mas não necessariamente em outra ao mesmo tempo*. Em outras palavras, pode haver uma mutação nos sentimentos morais de um grupo que não acompanham direta e progressivamente sejam as opiniões, modos ou costumes, sejam as leis ou então o funcionamento dos mercados. Estes desencadeamentos entre as mutações nas diversas esferas de vida fazem com que o progresso efetivo das sociedades seja muito mais tortuoso que aquele proposto pela história conjectural. No entanto, é justamente a história conjectural que nos permite analisar comparativamente o nível de progresso das mutações que ocorrem concretamente nas sociedades efetivamente existentes. É o que veremos agora com a situação da mulher na história.

3. A posição da mulher e da família nas diferentes épocas de desenvolvimento socioeconômico

O capítulo I do ODR trata da evolução da posição social, política e econômica da mulher na história. Como observa Ignatieff (1983), este tipo de análise está mais próximo da antiga noção de “oeconomia” como administração doméstica adequada (herdada de Aristóteles) que da noção moderna de “economia política” que Smith consagraria em 1776, com a *Riqueza das Nações*. De qualquer forma, Millar busca nesta parte do livro comparar a evolução histórica concreta da posição socioeconômica das mulheres em sociedades rudes (associadas a caçadores e coletores) até as sociedades comerciais (ou refinadas). Do ponto de vista delineado na seção 2,

¹⁴ Adaptamos de Weber o conceito de “esferas de vida” ou “existência”: aqui tratamos da 1. esfera da vida íntima (sentimentos morais e subjetividade), 2. da cultura (modos e costumes), 3. do direito (leis e poder jurídico) e 4. da economia (produção, distribuição e consumo de bens e serviços necessários à manutenção da vida do grupo).

precisamos compreender como as relações iniciais e esporádicas entre homens e mulheres implicavam uma hierarquia de poder.

É a introdução da instituição do *casamento* (bem como sua sanção legal) que leva, segundo Millar, a um refinamento de sentimentos morais, modos, costumes e opiniões sobre o papel socioeconômico das mulheres na história. Porém, a não-institucionalização formal do casamento e o advento da sociedade comercial promovem mutações nos modos e costumes que podem levar a trajetórias de desenvolvimento prejudiciais às mulheres. Comentaremos, por fim, os limites da visão progressista de Millar com relação às mulheres e o receio que a “feminização” positiva da sociedade se converta em uma “afeminação” generalizada e negativa para o progresso social (Sebastiani 2013).

3.1 Da pobreza ao comércio: a evolução histórica da posição das mulheres

Millar inicia seu texto fazendo clara alusão ao papel do modo de subsistência - os “efeitos da pobreza” - na determinação da situação de mulher. Segundo sua análise, o período rude de caça-coleta era desfavorável ao refinamento das paixões sexuais (que, no entanto, podem ser influenciadas pelos hábitos e pela educação). Neste período, o sexo funciona basicamente para reproduzir a espécie, de modo que há pouca hierarquia entre homem e mulher e não se desenvolvem sentimentos de decoro e decência com suas regras de comportamento associadas. Não há ideia de cortejo e não se desenvolve a imaginação romântica. Contudo, uniões estáveis surgem aos poucos como uma mutação possível neste estado anárquico: transformando o medo e a insegurança tão frequentes em situações de pobreza, uma união estável produz sentimentos de calma e segurança apropriados e vantajosos para ambos os sexos.

Ainda assim, não há valorização regular nem da virgindade nem da fidelidade. Millar aponta para as mulheres da Babilônia (algo também observado no Chipre) e seu costume de se prostituir ao menos uma vez na vida no templo de Vênus. O que altera esta situação é a possibilidade de filhos ilegítimos (que são inicialmente comparados a objetos falsificados) acende nos homens a paixão do ciúme¹⁵. Deste modo, tanto o costume de homens terem

¹⁵ Segundo Hume, no *Tratado da Natureza Humana* (livro III, parte II, seção 12) é a assimetria de informação entre homens e mulheres quanto à paternidade da criança que gera o ciúme e cria regras de comportamento associadas à decência e à modéstia associadas às mulheres. Ta assimetria gera uma primeira distinção de posição socioeconômica de homens e mulheres. Ver Immerwahr (1983).

mulheres em comum (presente em Trogloditas, Massagetas e nos Itchyophagi) quanto o de empréstimos de mulheres (Grécia, Roma, Louisiana, costa de Guiné e em diversas regiões do Oriente) vai diminuindo. A observação de que nossos desejos voltam a um nível mais baixo depois da paixão do sexo e dos exageros do ciúme causa reprovação do espectador imparcial que não partilha de tais excessos.

Lentamente costumes que objetificam a mulher em danças sensuais de sedução (na ilha de Otaheite, mas também entre os índios americanos e judeus) caem em desuso com a civilização. Some-se a isto que, em situações de penúria, homens, que em média possuem mais força física que as mulheres, acabam se dedicando à prática da caça e às artes marciais. Surgem daí duas consequências: no poder político embrionário, baseado na força e artes militares, as mulheres encontram-se subjugadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da propriedade também exclui as mulheres do eventual fruto de seu trabalho, mantendo-as em dependência.

Apesar desta exclusão, nos estágios posteriores de pastoreio e da agricultura há mais mutações, na forma de refinamento dos gostos e das paixões sexuais: o aumento da riqueza (principalmente na forma de animais de pasto) é acompanhado de mais segurança e tempo livre que permitem a seleção destes gostos. Por outro lado, há crescente desigualdade de propriedade e estratificação social. Estas últimas dificultam as relações sexuais entre indivíduos de diferentes estratos sociais. A partir destes estratos selecionam-se linhagens de famílias (com uma série de agregados, empregados e outros dependentes) que passam a rivalizar entre si.

Daí surgem três consequências que mostram como o desenvolvimento da história concreta frequentemente contradiz o da história conjectural: primeiro, o refinamento das paixões do amor e do sexo estabelece regras de tratamento cada vez mais respeitadas, de modo que virgindade, decência e modéstia ganham um status quase sagrado. Este movimento é acompanhado de um dupla seleção de modos e costumes da parte dos homens: de um lado, desenvolvem-se normas refinadas com relação à corte do sexo oposto; de outro, códigos de honra e dignidade pessoal dos guerreiros acompanham o aumento da belicosidade intertribal¹⁶. Por outro lado, a necessidade de mediação das lutas intertribais vai separando o poder militar do poder de determinar a *justiça* de tais batalhas: surge a semente de um sistema de justiça

¹⁶ Ver os trabalhos de Pagano (2013) e Bowles e Choi (2013) para uma versão moderna deste argumento.

autônomo. Finalmente, há evolução da noção concreta de posse imediata de objetos (no estado rude de caça-coleta) para a noção abstrata de propriedade de animais (no pastoreio) e ainda mais abstrata de propriedade da terra (na agricultura). Essas noções abstratas retroagem, por seu turno, sobre os sentimentos morais, favorecendo o aparecimento da inveja e do senso de injustiça quanto à crescente desigualdade de propriedade entre as diferentes linhagens.

Esta situação crescentemente complexa é, em geral, favorável às mulheres: o desenvolvimento do comércio, das artes e ofícios (as “artes da paz” contrapostas às “artes da guerra”) colocam um freio à inveja e às rivalidades intertribais tipicamente masculinas. Ao mesmo tempo, valorizam-se atividades femininas (relacionadas à capacidade de comunicação, cuidado, destreza manual e delicadeza), mais que a honradez, força e astúcia do guerreiro. Por outro lado, o poder da justiça equaliza a posição de homens e mulheres na vida familiar, tornando-a mais amiga e companheira que serva ou escrava do homem. Em resumo, pode-se afirmar que o processo civilizatório é também um processo de “feminização” e refinamento da vida social. No entanto, há limites para essa melhora da situação feminina.

3.1 Mutações e limites no progresso da situação da mulher

Há três exceções (nas seções II e VI do capítulo I de ODR) que mostram como não há determinismo entre o modo de subsistência e o desenvolvimento progressivo das diversas esferas de existência. Também mostram como, a partir de pequenas mutações iniciais nos modos e costumes, podem-se gerar grandes alterações na posição socioeconômica das mulheres.

É o que ocorre na seção II com a não-institucionalização formal do casamento a partir do costume de união entre homens e mulheres. Neste caso, a presença inconstante (ou ausência) paterna concorre para ligação afetiva maior dos filhos com as mães. Desta forma, com o tempo, a posição social da mãe passa a ser socialmente privilegiada, de modo que a mulher passa a ser a “chefe” do lar - em muitos casos torna-se costume o marido viver com a família da esposa. Ainda há possibilidade de serem selecionadas regras sociais que permitem à mulher participar da vida pública, ganhando posição de autoridade e sendo capaz de amealhar respeito e posses.

Um segundo caso é o da poligamia. Um modo de subsistência onde há solo fértil e população esparsa - ou seja, menos medo de penúria e insegurança - pode selecionar o costume

da poligamia. Com um casamento formalmente institucionalizado, é mais provável termos poligamia masculina. Com casamento informal, é possível a existência de poligamia feminina. No limite, Millar aponta para o caso das “repúblicas femininas” das amazonas em que, apesar do caráter fantástico dos relatos sobre sua existência, é possível vislumbrar a seleção de uma ordem em que mulheres controlam o poder de legislar, julgar, declarar guerras e acumular riquezas.

Um terceiro e último caso, apresentado na seção VI de ODR, aponta para o descompasso que pode haver entre o progresso do modo de subsistência e a corrupção dos sentimentos morais - um tema central nas discussões europeias da segunda metade do século XVIII¹⁷. Percebe-se neste ponto os limites da discussão de Millar sobre a posição das mulheres. Se por um lado o processo civilizatório é um processo de feminização, por outro, o lugar da mulher é predominantemente o espaço privado do lar. O costume de interação constante e segura com desconhecidos, típica das sociedades comerciais, permite uma igualdade entre homens e mulheres vista apenas nos estágios rudes de caça-coleta. Essa interação, contudo, contribui para a perda de dignidade e respeito da mulher, bem como desagregação dos modos e costumes que a valorizavam. Coletando exemplos de Roma e de nações orientais, Millar aponta para um aumento de casos de poligamia, prostituição, divórcios e até um mercado de falsificações de testamentos. Dois pontos são de interesse aqui: primeiro, as relações de mercado podem degenerar os sentimentos morais presentes na família e corroer o respeito pelas mulheres. Em segundo lugar, as virtudes associadas à mulher (sociabilidade, bondade e refinamento) podem gerar um processo negativo de “afeminação” que pode corroer as virtudes marciais e a ordem política e econômica. É para este ponto da ordem que nos dirigimos agora.

4. O surgimento da ordem política e propriedade a partir dos modos de subsistência

A seção anterior mostrou como, a partir de um modo de subsistência e de paixões como o medo, insegurança, inveja e ciúme certos modos e costumes vão sendo forjados e cristalizados em regras formais com relação à posição socioeconômica da mulher. Dentro deste arcabouço não há, portanto, uma ordem espontânea surgindo a partir de decisões racionais livres e descentralizadas de homens e mulheres. Tampouco a ordem que porventura surja da interação

¹⁷ Como exemplo, ver o *Segundo Discurso* de Rousseau, o artigo sobre o refinamento das artes de Hume e o capítulo III da seção III da primeira parte da *Teoria dos Sentimentos Morais* de Smith.

entre mulheres e homens vai naturalmente garantir uma igualdade formal e duradoura entre ambos. O que se observa na história de Millar é a formação de uma hierarquia que pode ser mais ou menos regular e estável, sancionando certo grau de liberdade nas relações entre os sexos.

Nesta seção, que cobre os capítulos III, IV e V de ODR, veremos que a ordem política tampouco prescreve um determinado “tamanho” ou conjunto fixo de funções para o Estado. As funções e tamanho do Estado devem, antes de tudo, obedecer aos imperativos do modo de subsistência e seus efeitos sobre a seleção da organização socioeconômica dos grupos humanos.

Desta forma, Millar explica o crescimento das diferentes linhagens que darão origem às tribos, no estado rude, com base na capacidade destas linhagens se organizarem para retirar meios de subsistência de seu território e defender-se de ataques externos. São essas duas necessidades básicas que selecionam os costumes e posteriores regras de escolha de um líder para a tribo. No estágio rude a hierarquia de poder e liderança será determinada por regras que valorizem *força e sagacidade* (lembramos aqui como a mulher fica usualmente submetida ao homem nesta fase). A *idade* será outro critério ou regra de seleção da liderança e normalmente se associará à criação de um sistema de crenças coletivo para fomentar sentimentos e valores morais comuns no grupo, como nas religiões. Ou seja, nesta primeira fase, em que prepondera a escassez material, poder religioso, político e militar encontram-se próximos ou fundidos.

As fases de pastoreio e agricultura trazem novidades com relação à seleção de costumes e regras de escolha de liderança: a *riqueza* mais abundante e a desigualdade crescente, na forma de rebanhos ou terras, será uma regra ou critério determinante para o exercício do poder político. Deste modo, nestas fases seguintes o poder econômico se imbrica aos demais.

Várias questões se apresentam neste ponto: dado que diferentes tribos se territorializam e desenvolvam a agricultura, como distribuirão as terras e seu produto? Em outros termos, como evoluirá a desigualdade material na sociedade? Em caso de crescimento de população, como novas terras podem ser conquistadas (principalmente se já estiverem ocupadas)? Qual é a ecologia moral, modos e costumes, leis sobre a propriedade e atividades econômicas que tendem a ser selecionadas e sancionar certo nível de desigualdade com o passar do tempo?

Millar responde estas perguntas tendo por base a história do desenvolvimento do feudalismo europeu ocidental pós-queda do Império Romano¹⁸, mas sugerindo no fim do capítulo IV de ODR que o processo pode ser análogo em outras partes do mundo (como a Índias Orientais, Malásia e Pérsia).

O primeiro ponto a observar é o sentimento de medo e insegurança prevalecentes na maioria da população camponesa na desordem após a queda do Império Romano. Sem o conjunto de leis abstratas do Império, o risco de invasões e conquistas de uma tribo por outra era alto e constante. A feudalização se inicia quando se replica a prática de camponeses abrirem mão da suas propriedades alodiais em troca de uma vida mais calma e segura sob um futuro senhor feudal¹⁹. Através de guerras tribais, a propriedade se concentra na mão de poucos barões, dos quais o mais importante ganha o status de rei. Neste processo secular, a estratificação social, a estrutura política e jurídica, bem como o progresso econômico também se complexificam: a estrutura política e jurídica sofre mutações, o excedente (principalmente agrícola) cresce e se concentra, assim como o regime feudal se expande (ou se replica) no tempo e no espaço.

Do ponto de vista da estratificação social, os camponeses vão se distinguindo em simples servos, vassalos e vilões. Os primeiros, na posição social mais baixa, possuem sentimentos de submissão ao senhor e direito ao usufruto de parte de seu trabalho na terra. Os segundos, em posição mais alta, possuem sentimentos de honra e glória associados à sua função militar de defesa e conquista da terra do senhor ou rei. Porém, é a partir da classe dos vilões, ocupantes de terras distantes conquistadas por diferentes feudos, que serão selecionadas mutações nos modos e costumes que extinguirão futuramente o sistema feudal.

O mecanismo das mutações é o seguinte: a segurança proporcionada pelo senhor feudal e a diminuição de guerras intertribais é garantida com ordenamento legislativo e jurídico válido para todos os líderes tribais e a concentração de poder executivo nas mãos do rei. A distância do centro do poder e a segurança permitem que os vilões iniciem um processo de divisão do trabalho, selecionando atividades manufatureiras frente às agrícolas. Essas manufaturas vão sendo aos poucos monetizadas e vendidas para os nobres como forma de alimentar seu orgulho

¹⁸ É uma história similar à contada por Smith no livro III de “A Riqueza das Nações”.

¹⁹ No sistema alodial o camponês possui o direito de alienar sua propriedade e usufruir de seus produtos, ao passo que no sistema feudal ele é servo de um senhor que é o dono da propriedade e de parte de sua produção.

pela via do consumo ostentatório. Desta forma, o laço legal de dependência e subordinação que unia os barões aos vilões vai se esgarçando, e os últimos podem adquirir suas próprias terras com recursos próprios. A relação entre ambos passa a ser baseada agora no *auto-interesse*. Posteriormente, esse laço jurídico também será estendido aos vassalos.

Pode-se questionar aqui se não haveria uma reação dos senhores feudais ao ver sua posição de mando enfraquecida desta maneira. Aqui aparece o interesse do tipo de análise proposto por Millar: a complexificação das relações sociais gera também uma divisão de trabalho e estratificação *no exercício do poder*. Deste modo, separam-se as esferas militar, jurídica e legislativa do poder executivo da Coroa. Há tendência crescente de se legislar e julgar com base em princípios abstratos de igualdade formal perante a lei. Paradoxalmente, a concentração de poder executivo nas mãos do rei pode ser agora limitada pelos demais poderes.

4.1 A mudanças no governo geradas pelo desenvolvimento do comércio e de modos e costumes refinados

Qual o efeito do desenvolvimento do comércio e do auto-interesse sobre o poder político? Agiriam eles como um freio à atuação do Leviatã, podendo levar no longo prazo a algo similar ao que Nozick (1974) denominou "Estado mínimo"? A resposta de Millar se encontra nas três seções que compõem o capítulo V de ODR. Nelas, devemos retornar às circunstâncias (ou modos de subsistência) em que o comércio se desenvolve para saber seus efeitos sobre a seleção da forma de poder político, modos e costumes. Em outros termos, deve-se analisar as circunstâncias em que o comércio e modos refinados favorecem ou concentração do poder do Estado (seção I) ou difusão de poder e democracia (seção II). Mais uma vez, vemos que não há determinismo na relação entre modo de subsistência (no caso em estudo, modo comercial), o refinamento dos modos e a seleção de dada estrutura político-jurídica. O resultado do embate entre os princípios apresentados nas seções I e II encontra-se na seção III do capítulo V de ODR.

O argumento de Millar sobre as mutações no Estado com o desenvolvimento do comércio e dos modos refinados podem ser resumidos nos seguintes componentes do modo de subsistência: tamanho do território e de sua população, belicosidade dos povos vizinhos e capacidade de manter a competência nas distintas profissões. São esses componentes que levarão

a um processo de seleção que concentra ou difunde poder pela população. Via de regra, nações grandes com população esparsa e cercada de vizinhos belicosos provavelmente selecionarão governos despóticos. A razão para isto é que haverá dificuldades de o poder central controlar milícias locais e ataques externos. Esta situação direcionará os recursos crescentes de impostos advindos do aumento do comércio tanto para defesa de vizinhos agressivos quanto para controle das milícias locais. Neste caso, a estratificação e separação de poderes não será completa: o poder militar e o executivo frequentemente terão que se unir para garantir a ordem social, política e econômica. Por outro lado, a insegurança dificultará o aprofundamento da divisão do trabalho e o comércio.

Já nações pequenas, densamente povoadas e com vizinhos pacíficos tenderão a se democratizar, replicar ideias sobre liberdade individual e limitar cada vez mais o arbítrio do poder de Estado. A simpatia gerada pelo contato frequente do cidadãos tende, por um lado, a fortalecer a coesão social e o controle dos recursos advindos dos impostos. A convivência pacífica com vizinhos tende igualmente a incentivar a divisão de trabalho e extensão de mercados ordenados e regulares - ou seja, ela aumenta a riqueza da nação. Negativamente, a disposição de lutar pela nação em guerras e as virtudes marciais tendem a se enfraquecer - no limite haveria, como já comentado, uma tendência de seleção de modos “afeminados”, principalmente entre os ricos. Um remédio para isto está na cobrança de impostos progressivos sobre os mais ricos (principalmente sobre o comércio exterior e vendas a varejo) e na abolição de privilégios de classes abastadas que podem ter seu caráter corroído pelo comércio.

5. A evolução na estratificação do trabalho - da escravidão ao trabalho livre

É apenas nas quatro seções que compõem o sexto e último capítulo de ODR que Millar começa a tratar do surgimento histórico do que hoje chamamos classes sociais da economia moderna - trabalhadores, capitalistas e donos da terra. Como anteriormente, o processo de surgimento das classes deve ser compreendido a partir da evolução dos quatro modos de subsistência e das mutações por ela geradas nas distintas esferas de vida. É esta evolução que nos dá a chave para compreender como são selecionadas e replicadas trajetórias frequentemente contraditórias das múltiplas desigualdades que caracterizam as sociedades modernas.

Antes de compreender como reis, barões, vassallos, vilões e camponeses se transformaram em donos de terra, capitalistas e trabalhadores, Millar propõe que entendamos o processo de estratificação social que ocorre entre mestres e escravos no estágio rude e tribal de caça-coleta. A depender da fertilidade do solo, da qualidade nutritiva de seus frutos e do tamanho e organização da população, guerras intertribais podem selecionar dois tipos de ordem social: uma que elimina os perdedores (por falta de alimentos no longo prazo) ou outra que os recruta como escravos. Deste modo, Millar procura demonstrar que as primeiras relações entre humanos de diferentes linhagens tribais não são nem de igualdade, nem de fraternidade e nem de liberdade, mas de mando e subordinação. Nesta situação, sentimentos morais de medo, submissão e indolência tendem a caracterizar o escravo, enquanto orgulho e brutalidade caracterizam o senhor. Não há sistema jurídico ou legislativo formal para garantir uma eventual igualdade formal entre os indivíduos. A riqueza (na forma de posse de caça, frutos e grãos) é concreta o suficiente para não necessitar ser protegida por leis abstratas e formais de propriedade, mas apenas pela força.

A situação dos escravos tende a mudar quando as sociedades atingem os estágios do pastoreio e da agricultura. Nessas fases a riqueza cresce, se concentra e assume a forma da propriedade de animais ou terras. Há uma tendência, nestes casos, de transformação social e jurídica do escravo cativo em servo e de seu mestre em proprietário. No entanto, o desejo inercial de mando e domínio do senhor (que passa a se distinguir de seus subordinados pela apropriação da maior parte da riqueza e conforto gerados pelo progresso) constitui uma contratendência a esta mutação. Neste embate de diferentes tendências há uma questão de utilidade em jogo: um servo bem alimentado, alojado e vestido tende a produzir mais e de forma mais eficiente nas terras do senhor, enriquecendo-o. Ou seja, há razões para que esta situação vantajosa para ambos se replique nas regiões onde se aprimora o estágio agrícola de desenvolvimento. Por outro lado, a crescente e visível desigualdade material e de propriedade exacerba o ressentimento da parte do servo com relação ao senhor, a necessidade de gastos com vigilância e castigo e a crueldade de senhores com seus subordinados. Segundo Millar, este é o caso dos africanos escravizados e exportados para as colônias inglesas na América do Norte.

5.1 Causas da liberdade do trabalhador europeu e as consequências políticas da escravidão

Que fatores podem selecionar a tendência da mutação social e jurídica favorável ao servo (gerada pelo progresso da riqueza com a agricultura) frente à contratendência de opressão devida ao sentimento inercial de orgulho e desejo de mando do senhor? O exemplo de Roma mostra que o progresso material seleciona uma legislação que protege cada vez mais a integridade física do escravo mas não decreta o fim da escravidão. O que houve de específico na Europa Ocidental que praticamente extinguiu a escravidão no continente em fins do século XVIII?

A resposta já foi aludida na seção anterior do artigo: o desenvolvimento da manufatura e artefatos de luxo entre os vilões no fim da Idade Média teve três consequências não-planejadas: o enfraquecimento do laço de subordinação entre vilões e barões, o desenvolvimento do auto-interesse (e de virtudes como a honestidade e pontualidade) em lugar da honra e da glória militar²⁰ e, finalmente, a criação de uma legislação que permitiu e regulou a compra e venda da propriedade, bem como a igualdade formal dos indivíduos perante a lei. Foram estas mudanças (ou mutações) concomitantes que abriram o espaço para que a vantagem mútua advinda da divisão do trabalho e expansão dos mercados pudessem se difundir (ou replicar) na sociedade.

Isto não significa que tais vantagens fossem igualmente distribuídas. A mutação social e jurídica da figura dos barões para a de donos da terra, de vilões para capitalistas e de camponeses para trabalhadores livres também foi acompanhada do surgimento de vários estratos médios (de comerciantes, trabalhadores manuais e profissionais liberais) e do desenvolvimento e separação dos poderes e aparelhos de Estado. No seio destas mutações, os antigos vassalos poderiam assumir posição nas novas forças armadas ou em outras funções de Estado; barões poderiam vender suas terras para novos capitalistas; e, por fim, trabalhadores poderiam usualmente ascender para os estratos médios ou cair na pobreza. É a partir deste fundo histórico evolutivo que o pensamento da economia política e as questões modernas sobre crescimento, pobreza e desigualdade podem finalmente principiar²¹.

²⁰ Ver capítulo 1 do clássico “As Paixões e os Interesses” de Hirschman (2002 [1977]).

²¹ Em outras palavras: somente quando 1. A ação auto-interessada se espalha pela sociedade e é aprovada pelo espectador imparcial; 2. A prática de trocas de mercadorias se generaliza e rotiniza; 3. Há uma estrutura política e jurídica que regula e coordena tais trocas (sem interferir diretamente nelas) então 4. É possível ter no dinheiro uma unidade comum de valor que nos permita tanto comparar quão igualmente cada parcela da riqueza social é

Dali a quase cem anos, Marx iria estudar no volume 1 de “O Capital” esse processo descrito por Millar como um processo de acumulação primitiva do capital. A discussão final de Millar, entretanto, está preocupada em defender a nova ordem comercial e o trabalho livre de uma legislação que ainda permitia a existência de escravos nos territórios da Grã-Bretanha. A defesa se dá em três frentes: uma econômica, uma moral e uma relativa às opiniões.

Economicamente, a escravidão se mostrava inconveniente, pois menos vantajosa que o trabalho livre: um escravo era menos produtivo e custava mais para ser mantido que um salário pago a um trabalhador livre. Embora houvesse o argumento de que sob o domínio de um senhor não haveria pobreza (pois o escravo seria alimentado, abrigado e vestido), Millar observa que no passado era comum o despojamento de escravos incapazes, velhos ou doentes. Desta forma, não é verdade que a escravidão resolve o problema da pobreza moderna.

Moralmente, a escravidão era perniciososa: por um lado, gerava senhores cruéis e arrogantes; por outro, escravos indolentes e sem motivação para melhorar sua condição. Se a introdução do dinheiro e comércio no domínio familiar era danosa aos sentimentos morais, no espaço público (e sob legislação adequada), ela poderia ser vantajosa para mulheres e homens, negros e brancos: a possibilidade de se apropriar do fruto do próprio trabalho incentiva o esforço e a formação de um caráter diligente²².

Por fim, opiniões esclarecidas podem eliminar preconceitos e indicar quais circunstâncias (ou modos de subsistência) favorecem ou não a seleção da prática do trabalho escravo, como no caso da cultura da cana-de-açúcar nas *plantations* americanas.

6. Sumário e conclusão

Esperamos ter demonstrado nas seções anteriores que os princípios evolucionários de mutação, seleção e replicação são úteis para fazer uma leitura do processo de surgimento dos diversos estratos socioeconômicos a partir de Millar. Nas sociedades comerciais o uso disseminado do dinheiro permite que comparemos as desigualdades de renda e riqueza entre diferentes estratos (como homens e mulheres, brancos e negros) ou classes sociais. Estas

apropriada por cada estrato ou classe social (identificando classes ricas e pobres) quanto o nível de crescimento das economias.

²² O que nos leva aos aspectos sociais do dinheiro, como mostram Zelizer (1994) e Dodd (2008).

desigualdades de renda, entretanto, estão fundadas em distinções hierárquicas assentadas em certa ecologia moral, costumes e opiniões.

A partir de pressões relacionadas ao modo de subsistência específico do grupo a ecologia moral, costumes e opiniões podem ser selecionados, sofrer mutações ou ser replicados. Este processo pode levar a organizações políticas mais ou menos despóticas e regimes econômicos mais ou menos favoráveis à divisão do trabalho e ao funcionamento regular e organizado dos mercados. Não há uma ligação necessária entre maior democracia e mais mercados: esta ligação dependerá da conjunção de fatores que compõem o modo de subsistência.

Esta perspectiva de leitura aponta para a possibilidade de estudar a contribuição da tradição liberal escocesa ao pensamento econômico que vá além de associá-la a uma defesa não qualificada (e por vezes simplista e apressada) do *laissez faire* e dos mercados. Tampouco se trata de reconhecer que os mercados concretos contém “imperfeições”, “assimetrias de informação” ou “poder de monopólio” que podem ser corrigidos pela mão visível do Estado.

Há, sim, uma defesa da liberdade individual e de mercado em Millar e em outros iluministas escoceses importantes (como Hume e Smith), mas ela deve ser qualificada. Esta qualificação passa pela investigação de como certos modos de subsistência podem selecionar uma ecologia moral que se expressa em costumes, opiniões e leis que regulam o processo de divisão de trabalho e seus efeitos distributivos entre os vários estratos e classes sociais. Dentro da tradição de Millar, uma eventual defesa dos mercados não pode prescindir da consideração do enraizamento da economia nessa totalidade.

7. Referências:

BEINHOCKER, E. *The Origin of Wealth: Evolution, Complexity and the Radical remaking of Economics*. Harvard: Harvard Business Review Press, 2006.

BERRY, C. *The Idea Of Commercial Society in the Scottish Enlightenment*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013..

BOWLES, S. e CHOI, J. -K. *Coevolution of Farming and Private Property During the Early Holocene*. PNAS, 110 (22), May, 2013

DODD, N. *The Social Life of Money*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

- EVENSKY, J. *Adam Smith's Moral Philosophy: A Historical and Contemporary Perspective on Markets, Law, Ethics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- FLEISHACKER, S. *On Adam Smith's Wealth of Nations: A Philosophical Companion*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- GUALA, F. *Understanding Institutions: The Science and Philosophy of Living Together*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- HAAKONSSSEN, K. *The Science of a Legislator: The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- HIRSCHMAN, A. *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo Antes de seu Triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HODGSON, G. *What Are Institutions?* Journal of Economic Issues. Vol. XL, No. 1, Março, 2006.
- IGNATIEFF, M. *John Millar and Individualism*. In: HONT, I. e IGNATIEFF, M. *Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- IMMERWAHR, J. *David Hume, Sexism and Sociobiology*. The Southern Journal of Philosophy, Vol. 21, Issue 3, Fall, 1983.
- MARCIANO, A. e PELISSIER, M. *The Influence of Scottish Enlightenment on Darwin's Theory of Cultural Evolution*. Journal of the History of Economic Thought. Volume 22, Issue 2, June 2000.
- MILLAR, J. *The Origin of the Distinction of Ranks*. Disponível em <https://oll.libertyfund.org/titles/millar-the-origin-of-the-distinction-of-ranks>. Acesso em 18.07.2020.
- _____. *A Historical View of the English Government*. Disponível em <https://oll.libertyfund.org/titles/millar-an-historical-view-of-the-english-government>. Acesso em 18.07.2020.
- NOZIK, R. *Anarchy, State, and Utopia*. New York: Basic Books, 1974.
- OTTESON, J. R. *Adam Smith's Marketplace of Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PAGANO, U. *Love, War and Cultures: An Institutional Approach to Human Evolution*. Journal of Bioeconomics, 15, 41-66, 2013.

SEBASTIANI, S. *The Scottish Enlightenment: Race, Gender and The Limits of Progress*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2013.

SMITH, P. B. *The Materialist Interpretation of John Millar's Philosophical History*. Tese de Doutorado. Glasgow: University of Glasgow, 1998.

SOBEL, I. *Adam Smith: What Kind of Institutional Was He?* Journal of Economic Issues, Vol. XIII, No. 2, June 1979.

TAJIMA, K. *The Theory of Institutions and Collective Action in Adam Smith's Theory of Moral Sentiments*. Journal of Socio-Economics. Volume 36, Issue 4, August, 2007.

ZELIZER, V. *The Social Meaning of Money*. Princeton: Princeton University Press, 1994.